

Por Bruna Chieco



Em um ano conturbado como o de 2020, em que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) tiveram que ser cautelosas em relação às estratégias de investimentos, a Vivest alcançou bons resultados puxados pelos investimentos no exterior, que tiveram rentabilidade e de 32,3% no acumulado do ano. A entidade encerrou o período com rentabilidade nominal acumulada de 14,34%, resultado que supera a rentabilidade anual média de 5,51% atingida pelos fundos multimercados medidos pelo índice IHFA (índice de Hedge Funds da Anbima).

O resultado ocorreu, contudo, depois de vários períodos de incertezas decorrentes dos efeitos da pandemia de Covid-19 no mercado financeiro e no mundo todo. “O epicentro da crise foi no mês de março, quando todos ativos financeiros sofreram queda. No início daquele mês, vendemos R\$ 1,2

bilhão em renda variável e resgatamos R\$ 800 milhões aproximadamente de aplicações em fundos multimercados. Essa foi a movimentação mais significativa que fizemos”, diz o Diretor de Investimentos da Vivest, Jorge Simino, em entrevista ao Blog Abrapp em Foco.

Segundo Simino, esse foi um movimento de defesa feito pela equipe de investimentos da entidade no início da crise. “Ninguém sabia o que ia acontecer, as dúvidas eram gigantes do ponto de vista da pandemia e economia. No começo de abril, todos os governos fizeram movimentos de prover liquidez para o mercado como um todo, seja via política monetária ou fiscal”, lembra. “Com isso, retomamos o risco a partir da segunda quinzena de abril”.

Na primeira retomada de investimento em ativos de risco, a Vivest aplicou R\$ 400 milhões em renda variável doméstica. “Esperamos mais um pouco para ter mais clareza, e entre junho e julho, investimos R\$ 850 milhões em renda variável no exterior, quando tivemos uma convicção maior de um momento de recuperação em função da liquidez dada pelas políticas adotadas pelo governo”, explica Simino.

Investimento no exterior – A performance de abril para frente, segundo Simino, foi decorrente de uma recuperação do mercado, sendo que a entidade saiu de um resultado consolidado negativo de 4,7% no primeiro trimestre para uma rentabilidade de 20,6% no plano BSPS; de 18,9% no BD, e de 16,45% no CV entre abril e dezembro. “Tivemos uma boa recuperação dado o tamanho do risco tomado”.

Já no início de 2021, Simino explica que as estratégias adotadas serão mantidas, sem nenhum movimento muito significativo. A expectativa, contudo, é que haja um incremento do limite para investimentos no exterior via regulamentação. A Resolução CMN nº 4.661/2018 estabelece um limite máximo de 10% de alocações do total de investimentos das EFPC em ativos no exterior. “Do ponto de vista de análise e fundamento, eu gostaria de ter mais dinheiro em renda variável no exterior. Hoje temos pouco menos de um R\$ 1 bilhão e gostaria de ter até R\$ 2,5 bilhões”, diz.

A fundação se aproxima do limite de 10% investidos no exterior em seus planos de Contribuição Variável. “Lembrando que as EFPC têm gestão profissional, seja uma parte terceirizada ou uma parte interna, e o pessoal está devidamente capacitado a fazer esse tipo de decisão”, reitera o Diretor de Investimentos da Vivest.

Meta atuarial – Apesar de ter alcançado o resultado de 14,34% em 2020, o desempenho ficou abaixo do necessário para atingir a meta atuarial do ano, que chegou ao patamar histórico de 30,81%. Isso ocorreu por conta da disparada do IGP-DI, indexador dos planos de benefício da Vivest, tornando a meta atuarial de 2020 um desafio sem precedentes, na visão de Simino. “É uma meta de impossível alcance”, destaca.

Simino ressalta que há uma discussão para troca do índice da meta atuarial na fundação há 12 anos. “Apresentamos, em 2009, para a governança da entidade essa necessidade. Na época, o Tesouro Nacional disse que não emitiria mais as notas série C, atreladas ao IGPM. Alertamos à governança que teríamos um problema de descasamento, pois não haveria mais ativos atrelados ao IGPM”, explica.

Após várias discussões, a Vivest retomou a conversa entre 2018 e 2019, apresentando novamente à governança da entidade o projeto de troca do indexador, e no começo de 2020 dois planos o aprovaram. “A governança individual dos planos aceitou a decisão, que foi ratificada pelo Conselho Deliberativo, enviando à Previc para aprovação”. Simino explica que a Vivest ainda está no aguardo da validação da proposta pela autarquia.

Fonte: Abrapp em Foco, em 03.02.2021